

REGISTRO LEGAL
- O. NOV. 1975

Poder Popular

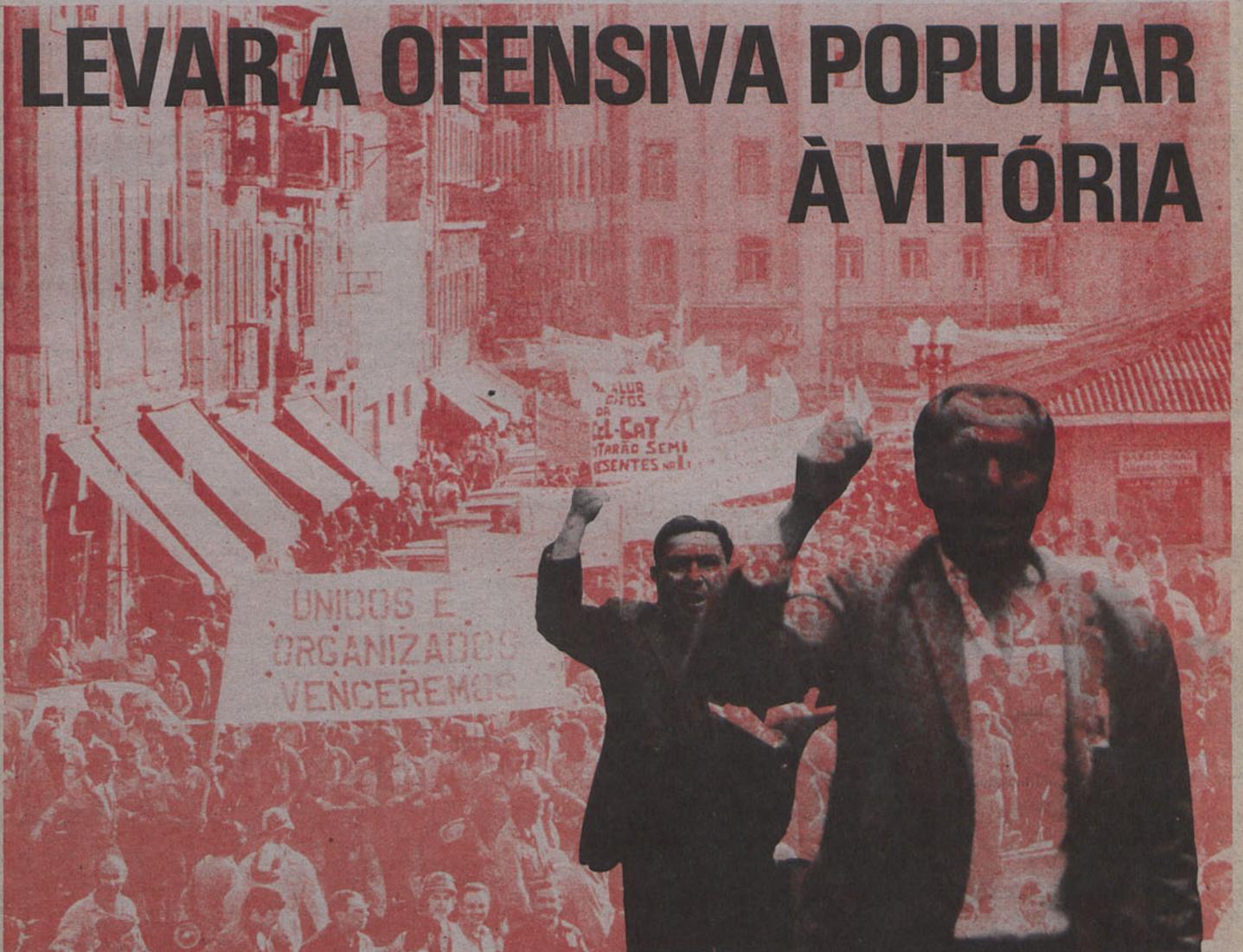


Director: Fernando Ribeiro Mendes

Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I Nº 12 (Nova Série) 9 de Outubro de 1975 Preço 4\$00

LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA



RELATÓRIO DA CPN
APROVADO
NO CONSELHO POLÍTICO
NACIONAL DO MES

PÁGS. 5, 6, 7 E 8



MANIFESTAÇÃO
DE APOIO À P.M.

BELÉM - 5.^a - 19H

"só desocupamos o RASP
se for normalizado o CICA!"

PORTO: CICA - RASP



Cada vez mais ameaçados pela ofensiva popular, os reaccionários de dentro e de fora dos quartéis tentam barrar o caminho à unificação das forças revolucionárias e ao aparecimento do Exército dos Trabalhadores Fardados, de que os S. U. V. são a primeira expressão.

Culminando toda esta escalada é a vez de no C. I. C. A. haver uma tentativa de afastamento de 7 militares revolucionários, 2 oficiais e 5 soldados, recebem guias de marcha para se apresentarem respectivamente, em Mafra e no Tribunal Militar do Porto. **O objectivo político desta medida torna-se claro se se atender a que o C. I. C. A. se tem revelado desde sempre uma unidade com a qual as forças progressistas e revolucionárias têm podido contar.** Não é pois por acaso que um dos soldados que se pretende sanear é elemento da Assembleia dos Delegados de Unidade e que os 2 oficiais milicianos são mili-

tantes revolucionários de longa data tendo participado activamente no golpe revolucionário que derrubou o fascismo.

Acresce o facto de ambos terem estado nas investigações que levaram à descoberta e têm contribuído para o desmantelamento do E. L. P. Um deles fez parte da Comissão Administrativa Militar que esteve até há pouco à frente do C. M. do Porto e que pela sua acção de defesa dos trabalhadores mereceu o maior apoio das massas exploradas e dos seus órgãos de poder popular.

Em Assembleia de Soldados realizada, mais de três centenas de soldados (representando 90 por cento dos militares da Unidade) exigiram intransigentemente a permanência dos seus 7 camaradas no seio da Unidade.

Posteriormente, os reaccionários voltaram a atacar. A F. U. R., não se fez esperar e desde logo emitiu o seguinte comunicado:

COMUNICADO DA F.U.R.

No C. I. C. A. as forças militares reaccionárias pensaram que podiam facilmente «sanear» desta unidade 5 soldados e 2 oficiais. Enganaram-se redondamente: a resposta de todos os soldados do regimento não se fez esperar. Reunidos em assembleia no dia 3/10/75, por esmagadora maioria opõem-se decididamente a esta tentativa de «saneamento» de esquerda. Tentar dissolver o C. I. C. A. é reconhecer claramente de que lado estão o conjunto de soldados deste quartel: do lado do povo, do lado da revolução. A burguesia tenta fazer desaparecer uma unidade militar que recusa defender os seus interesses.

A força dos trabalhadores, a força dos soldados revolucionários é invencível e não se dissolve com medidas administrativas dum qualquer brigadeiro Veloso.

A F. U. R. denuncia vigorosamente as manobras desesperadas da burguesia e dos seus agentes militares e apela para que a classe trabalhadora e os soldados se mantenham vigilantes e dispostos a responder vitoriosamente aos ataques dos seus inimigos de classe.

E face à confirmação do encerramento do CICA, a resposta popular não se fez esperar! Os SUV, confirmando a sua enorme capacidade de mobilização, desde logo convocam uma manifestação para 2.ª feira. Com o apoio de imensos órgãos de poder popular — Secretariado Revolucionário das Com. Moradores, Com. de Trabalhadores, Com. Central dos Bairros Camarários, Gabinete Coordenador da Câmara — a manifestação contou com a presença de 2000 soldados e cerca de 50 080 trabalhadores.

Depois de passar pelo Q. G., parou junto ao CICA onde se fizeram várias intervenções denunciando as manobras reaccionárias e apelando aos soldados que lá tinham sido colocados (do B.I.F. e do B.I.P.) apelando para a sua solidariedade com a luta

travada.

Cerca das 2 h da manhã é dada uma informação: os camaradas do R. A. S. P. (Regimento de Artilharia da Serra do Pilar) apoiavam totalmente a luta dos camaradas do CICA e estavam dispostos a abrir-lhes os portões do quartel! Logo a manifestação se deslocou para a outra banda em direcção ao RASP, contando ainda com cerca de 15 000 soldados e trabalhadores. Os soldados entraram, os trabalhadores ficaram junto aos portões em vigília. **Então as provocações reaccionárias não se fizeram esperar:** Pires Veloso, comandante da Região Militar Norte (o que veio substituir Corvacho), esmerou-se neste tipo de acções **indo até à ameaça de que arrasava, pura e simplesmente, o quartel se este**

não fosse desocupado!

Eram 6 h da manhã de 3.ª feira, quando se realizou um Plenário dos soldados presentes no RASP, que tomou decisões muito claras:

1. «Não se entrega o RASP» sem a normalização do CICA!
2. Demissão imediata de Pires Veloso.

Pelas 9 h da manhã decidiu-se mobilizar todas as outras unidades: — Cavalaria 6, Regimento de Transmissões, Chaves deram o seu apoio imediato; uma delegação de 40 marinheiros de Lisboa representou a solidariedade de toda a ar-

mada!

Durante a tarde de terça-feira, a luta não perdeu o seu fôlego, pelo contrário! Camaradas intervieram na concentração dos metalúrgicos que reunia cerca de 6000 operários, propondo a sua deslocação para o RASP — Apoiado! Apoiado! foi a resposta.

A luta continua pois! e mais uma vez se materializaram os gritos que centenas de milhares de trabalhadores, fardados ou não, têm feito ecoar por esse país fora: «SOLDADOS, SEMPRE, SEMPRE AO LADO DO POVO!»;

COMUNICADO APROVADO NO RASP

Considerando que foi arbitrária e antidemocrática, porque não corresponde à vontade da esmagadora maioria dos militares do CICAP, o encerramento da referida unidade, propõe-se:

1. Que a assembleia de militares do RASP, militares em representação do RIVRC, e militares do CICAP, RTM, RIP, RCRO, OG-RMN, RIVR, HNR1, Casa da Reclusão, Comissão de Extinção da ex-Pide DGS-LP (Porto), RCPOE, RPM, RIO, RIT, RIC, HMPL, e da Força de Fuzileiros do Continente, decidiram levar a nossa luta até à reabertura do CICAP;
2. Simultaneamente, e após aprovações em plenário, delegaram no comandante do RASP a entrega ao comandante do RMN de uma moção em que será exigida a reabertura do CICAP e reintegração de todos os militares afastados;
3. Caso a resposta seja negativa, que se recorra à instância superior que será o CEME;
4. Que se entre em contacto imediato com todas as unidades militares a fim de se divulgar aos nossos camaradas a nossa luta, para que eles possam apoiar-nos pelas formas que julgarem correctas;
5. Que se divulgue a nossa luta pelos órgãos de Poder Popular, para que também os trabalhadores apoiem a nossa luta;
6. Que se faça um apelo a todos os camaradas do CICAP expulsos da sua unidade para que venham para o RASP continuar a sua luta;
7. Reafirmam a sua inabalável vontade de evitar situações de confrontação e violência, não virando soldados contra soldados, o que desde o princípio da nossa justa luta sempre repudiámos.

RASP, 7 de Outubro de 1975

manifestação de apoio à PM



O avanço das forças políticas da direita com a social-democracia à cabeça, tem neste momento, como principais objectivos o restabelecimento da hierarquia reaccionária dentro dos quartéis e a dissolução dos que têm já implantada uma democracia interna e uma organização dos soldados que não permite a imposição dessa hierarquia.

Se nós, trabalhadores, permitirmos que isso aconteça, podemos vir a ter apontadas contra nós as armas dos nossos camaradas trabalhadores fardados, em vez de as termos do nosso lado e nas nossas mãos.

Um dos quartéis mais ameaçados será o da PM, a cuja área de dinamização a nossa fábrica pertence e que sempre tem dado um grande apoio à nossa luta e à de muitos trabalhadores que, por toda a Lisboa, lutam por condições de habitação mais dignas.

Para dar apoio aos nossos camaradas da PM, para impedir que as manobras que se abateram já sobre Unidades progressistas como o CICA do Porto e o RALIS, venham a abater-se sobre a PM, nós, trabalhadores da Tinturaria Portuguesa reunidos em

plenário da Sede, decidimos convocar uma manifestação para a próxima quinta-feira, dia 9 de Outubro, às 19 horas, na Praça Afonso de Albuquerque, frente ao Palácio de Belem, manifestação que se deslocará para a frente da PM.

Desde já convidamos a aderir a esta manifestação apartidária todas as comissões de trabalhadores, comissões de moradores e outros órgãos de poder popular, sob as seguintes palavras de ordem:

- ... PM SIM, AMI NÃO!
- ... SOLDADOS SEMPRE; SEMPRE AO LADO DO POVO!
- ... OPERÁRIOS. CAMPONESES. SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS!
- ... AVANÇAR ARMAR PODER POPULAR!
- ... REACCIÓNARIOS FORA DOS QUARTÉIS JÁ!
- ... MORTE AO ELP E A QUEM O APOIAR!
- ... TRABALHADORES SOLDADOS MORADORES ASSEMBLEIAS POPULARES!
- ... VI GOVERNO NÃO, GOVERNO REVOLUCIONÁRIO SIM!



O FRACASSO DA MANOBRA SOCIAL-DEMOCRATA

1. A grosseira manobra contra-revolucionária desencadeada pelo PS na noite de 3 de Setembro destinada a evitar «o golpe militar da extrema esquerda» saldou-se por um rotundo fracasso para a política actual do P.S. e permite retirar algumas confirmações importantes para a nossa tática actual.

De facto, a pobre mobilização conseguida pelo PS demonstrou aquilo que já começava a ficar claro: **as massas estão libertas das ilusões do eleitoralismo burguês** e nenhuma força política as conseguirá mobilizar a não ser em torno de objectivos avançados, abrindo o caminho à liquidação da ordem burguesa e à edificação de uma nova ordem. Este é um facto que necessita ser bem destacado porque responde cabalmente às dúvidas dos que hesitam ainda no combate consequente à direita social-democrata. Aqueles que defendem, nesta fase da luta de classes, uma tática de recuperação das bases operárias do PS pela moderação no ataque ao PS assente na distinção entre direcção política social democrata e «bases revolucionárias» que a suportam, não enxergam um palmo da realidade. **Não percebem que o PS não assenta noutras bases que não sejam a pequena e a média burguesia**, e que os sectores de trabalhadores que ainda enquadra são camadas recuadas só recuperáveis numa fase mais avançada do processo. **Não percebem que o PS é um partido de direita** exactamente porque a sua direcção prossegue hoje, não uma política que engana os milhares de operários e trabalhadores que nele votaram 5 meses atrás, mas sim uma política coerente com a natureza política e social que ganhou no decurso do processo político: partido da pequena e média burguesia apostado na salvação do capitalismo. Partido de direita, pois, que os revolucionários têm de isolar completamente remetendo-o à verdadeira dimensão da sua clientela pequena e média burguesa fortemente anticomunista, denunciando exactamente isso junto dos trabalhadores que ainda possam permanecer «enganados» nas suas fileiras.

2. O movimento popular de massas liberto das ilusões do eleitoralismo democrático-burguês é resultado da aceleração formidável do processo político no nosso País. Entrámos já numa nova fase de luta com características próprias de amadurecimento para avanços rápidos no sentido da Revolução Socialista.

O relatório da Comissão Política Nacional aprovado pelo Conselho Político do M. E. S. caracteriza

justamente esta nova fase de luta e as tarefas do movimento operário e dos revolucionários.

A sua aprovação pelas direcções regionais que integram o Conselho Político do nosso movimento é expressão da elevada coesão e maturidade do M. E. S. como organização de vanguarda cujo contributo para a construção de uma alternativa revolucionária ao reformismo no terreno de luta de massas é inegável.

As definições táticas contidas neste relatório constituem aprofundamentos importantes ao nosso Programa Político.

Os objectivos táticos de fortalecimento dos órgãos do Poder Popular, dotando-os de coordenação capaz de os tornar em grandes estruturas de massa que conduzam a ofensiva popular, alargamento da luta reivindicativa e oposição frontal ao VI Governo Provisório são os objectivos que uma linha revolucionária de massas deve avançar quando a crise evidente dos partidos tradicionais do movimento popular (PS e sobretudo PCP) revela toda a extensão e maturidade da situação revolucionária em Portugal.

Por outro lado, os êxitos obtidos na nossa política de **unidade revolucionária** mostram a justeza das nossas concepções na questão da direcção política do processo. A FJR tem-se afirmado claramente como uma direcção revolucionária que cada vez mais ganha o consenso das camadas mais avançadas do proletariado industrial e dos sectores radicalizados da pequena burguesia em torno das suas posições, em alternativa à direcção reformista tradicional. As resoluções contidas no nosso relatório dão particular destaque ao reforço da nossa política de unidade revolucionária.

3. Nos combates duros que estamos travando, os militantes comunistas do MES têm-se distinguido como agitadores e organizadores de massas. Nas resoluções tomadas, as tarefas imediatas do nosso movimento exigem que redobremos a nossa actividade dando prioridade ao trabalho no quadro da nossa política de unidade revolucionária.

Com organização e firmeza levaremos até às últimas consequências os objectivos e as tarefas aprovadas neste relatório, preparando o triunfo das forças revolucionárias e populares, a vitória completa da ofensiva popular.

AVANTE NO CAMINHO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!



À VENDA



35\$00

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

ENVIO CHEQUE N.º

BANCO

ENVIO VALE DE CORREIO N.º



Esquerda Socialista

um material essencial de reflexão política sobre a evolução do processo revolucionário e do próprio MES

os 38 números

— 75\$00 —

Poder Popular

journal semanal
— todas as 5.ª-feiras

Propriedade
do Movimento
de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 82

Composição e impressão
Renascença Gráfica, S.A.R.L.
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa

LEVAR

A OFENSIVA POPULAR

À VITÓRIA

a fase actual do processo revolucionário

A OFENSIVA SOCIAL-DEMOCRATA

A ofensiva social-democrata, desencadeada em resposta à crescente organização e firmeza do movimento popular de massas e às decisões do M. F. A. que lhe abriam caminho, nomeadamente o documento-guia de aliança Povo-M. F. A., precipitou o processo revolucionário para uma fase nova, quer pelos objectivos tácticos que se colocam à classe operária e seus aliados, quer pelos instrumentos que podem servir esses objectivos, quer pelo quadro político-militar em que a luta política se passou a desenvolver.

A ofensiva social-democrata, largamente apoiada e articulada com as forças fascistas e imperialistas, quer aberta, quer conspirativamente, pôde desenvolver-se, antes de mais, pelo campo de manobra aberto às ambiguidades, hesitações e contradições da direcção do processo. Direcção que, partilhada entre o M. F. A. e os partidos representando a direita capitalista fascizante, a social-democracia e o reformismo (PPD, PS, PCP), sempre conteve no seu seio inimigos do povo, contra-revolucionários. Esta direcção de características eminentemente pequeno-burguesas, pela posição predominante do M. F. A., gravitando em torno das posições reformistas, expressas no antimonopolismo estreito e na incapacidade de combater consequentemente as estruturas burguesas das Forças Armadas pôde, em momentos de ascenso da luta de massas, ser fortemente influenciada por posições à esquerda do P. C. P., que, no entanto, só poderiam ser concretizadas com um salto qualitativo do próprio processo

de e da sua direcção.

A ofensiva social-democrata pôde desenvolver-se a partir do triunfo que constituíram as eleições burguesas para a Constituinte, captando em seu favor a política de desarme das massas lideradas sob o fascismo pelos reformistas do PCP expressa na tradicional reivindicação das liberdades fundamentais, das eleições livres, da democracia burguesa formal. A ofensiva social-democrata, contando ao nível civil e militar, como pontas de lança, respectivamente o PS e o «grupo dos 9», aprofundando as contradições de um terreno que lhe era favorável, o terreno do «parlamentarismo» no seio de umas forças armadas burguesas, veio a alcançar uma vitória momentânea e parcial. Contando com a crescente organização do ELP e do MDLP enquanto duplo aliado, ideológica e politicamente, permitindo que a eles fossem reduzidas as forças fascistas — «garantindo» a «idoneidade socialista» de todos os fascistas que abundam nas forças armadas e nos partidos de direita —, na prática pelo contributo que a sua acção deu à destabilização político-económica, as forças sociais-democratas e fascizantes puderam, por intermédio do «documento dos 9», despoletar um processo que dividiu as forças armadas em 3 tendências, completamente demarcadas tacticamente (Doc. 9, Doc. Copcon, Doc. V Governo) e diluiu quase totalmente o MFA nas estruturas burguesas das FFAA.

A queda do V Governo e a tomada do Conselho da Revolução pelos oficiais sociais-democratas e direitistas e consequente formação do VI Governo de coligação (PPD, PS, PC) de submissão ao imperialismo e de salvação do capitalismo, marcam o êxito da ofensiva social-democrata fascizante. Um elemento fundamental de todo este processo foi o reforço da militarização das esferas de decisão

tanto mais significativo quanto a base de apoio dos oficiais sociais-democratas é constituída exclusivamente pelos fascistas e reacconários que compõem a maioria esmagadora dos oficiais do quadro permanente. Se ao nível político global se assistiu ao longo desta crise a um crescente cerco e identificação em objectivos imediatos, das forças fascistas às forças sociais-democratas, do ponto de vista militar existe já uma colagem total entre estas posições.

UMA NOVA FASE

Com o acesso ao poder político-militar das forças sociais-democratas e fascizantes, como momento transitório da crise política dos últimos meses **entrou-se numa nova fase do processo revolucionário fase que, confirmando todas as teses defendidas pelo MES sobre a inviabilidade da democracia burguesa e de um regime social democrata para o nosso país, colocam a alternativa por nós defendida entre autoritarismo capitalista e socialismo em termos de PODER no curto prazo e já não em termos de processo social comportando uma fase intermédia de transição mais ou menos longa.** O que caracteriza a fase actual do processo revolucionário é o esgotamento dessa fase transitória definida por nós como aquela em que seriam alcançados e desenvolvidos os objectivos da fusão do MFA com o Movimento Popular de Massas e a unificação da direcção política do processo como primeiro passo para a criação da vanguarda de classe necessária à revolução socialista (contendo o MFA hegemónico pelo seu sector progressista e revolucionário) com a aplicação de um programa de unidade revolucionária adequado aos problemas fundamen-



RELATÓRIO DA CPN APROVADO NO CONSELHO POLÍTICO NACIONAL DO MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA — MES

LEVAR A OFENSIVA POPULAR À VITÓRIA

tais dessa fase.

A nova fase do processo revolucionário tem de começar por ser caracterizada a partir do seu elemento fundamental: **o desaparecimento do MFA como força progressista**. Todo o processo de assalto ao poder pelas forças sociais-democratas e fascizantes teve como efeito a diluição quase total das estruturas do MFA nas estruturas burguesas das FFAA e a ocupação da sua cúpula por oficiais direitistas. Assim, o MFA passou a ser sobretudo um trunfo ideológico nas mãos desses oficiais para tentarem enganar a classe operária e o povo trabalhador.

Esta situação ao nível militar impõe aos seus defensores como única saída, o saneamento dos oficiais progressistas e revolucionários, a restauração da disciplina reaccionária no seio dos quartéis e a liquidação das estruturas democráticas embrionárias existentes nas unidades militares, para além da liquidação do aparelho ideológico do MFA, enquanto força progressista, já obtida com o desaparecimento da 5.ª Divisão. Estes objectivos só poderão ser obtidos com base na repressão, na dissolução das «unidades de esquerda», na passagem à disponibilidade de milicianos e soldados em larga escala e na profissionalização das forças armadas a curto prazo.

Outro elemento fundamental da nova fase do processo revolucionário é a **existência de um poder político-militar direitista** cujo programa assenta fundamentalmente no ataque às conquistas revolucionárias das massas trabalhadoras, na submissão ao imperialismo e salvação do capitalismo.

Contando com a convicção parcial dos reformistas do PCP, o novo poder político-militar só se pode sustentar à custa da repressão e do controlo dos meios de informação, para silenciar e manietar a ofensiva popular, e no entanto não tem ao seu alcance nenhum dos meios que necessita: **a burguesia no poder tenta apicar, sem meios para tal, um programa de ordem, disciplina e trabalho**. O VI Governo tomando posse há 15 dias ainda não conseguiu ser governo por um único dia! As posições recentemente assumidas pelo PS (manifestação de apoio ao VI Governo, denúncia do «golpe da extrema esquerda» e manifestação de apoio aos comandos) fazendo a ponte entre a social-democracia e o fascismo confirmam esta realidade.

O terceiro elemento caracterizador desta nova fase do processo é a nova fase, também, em que entrou o **Movimento Popular de Massas**. Os passos dados na realização de assembleias populares locais e de constituição de executivos dessas mesmas assembleias, sobretudo na zona industrial de Lisboa. Os passos dados na constituição de intercomissões de trabalhadores e de moradores, em todo o País. As experiências de controlo operário sobre a produção e de controlo popular sobre a satisfação das necessidades colectivas, nomeadamente a habitação, levadas a cabo pelas comissões de trabalhadores e de moradores. A enorme capacidade de mobilização que em todo o País os órgãos de poder popular mostraram possuir ao longo de toda a crise, em torno fundamentalmente de objectivos políticos globais (apoio ao documento

guia, aplicação do documento do Copcon, combate à direitização da situação política militar) mas sem descurar os objectivos concretos que lhes dão sentido e vida. As potencialidades, a força e a aceitação popular dos «SUV», expressando, por enquanto, um movimento que aponta para a organização autónoma dos soldados e que a curto prazo contribuirá para criar as suas estruturas próprias, as comissões de soldados. Eis os aspectos essenciais que nos permitem afirmar que no campo da organização das massas populares a burguesia e o reformismo têm sido batidos em toda a linha e que o movimento popular de massas se encontra na antecâmara de uma situação caracterizada pela entrada da organização autónoma de soldados no seu seio e pela generalização da dualidade de poderes.

Esquecer os passos importantíssimos que no campo da organização do poder popular foram dados nos últimos três meses é preparar o terreno ao defensismo contra-revolucionário. Estes avanços contribuíram para a realização de **alianças de classe** entre o proletariado, as camadas semiproletárias, os soldados e marinheiros, e sectores significativos da pequena burguesia.

Em suma, a construção do poder popular tem unificado as lutas concretas das camadas não-proletárias em torno da luta global e de afirmação do poder da classe consequentemente revolucionária — o proletariado.

Após a concretização da plataforma ofensiva de 25 de Agosto, que representando a única hipótese de sustentação de uma resposta político-militar dos oficiais progressistas e revolucionários à ofensiva social-democrata, representava também o perigo evidente, para o PCP, de um terreno onde a sua hegemonia seria posta em causa e onde o movimento de massas ganharia nova dimensão na consolidação do **PODER POPULAR**. Traíndo a plataforma e os oficiais revolucionários, já que o medo à revolução superou o medo ao fascismo, e adoptando uma tática ultradefensiva, o PCP aprofundou gravemente as contradições em que já se debatia (Quadros de massa, quadros de aparelho; defensismo partidário/ofensiva popular, controleirismo burocrático/ascenso da movimentação de massas, reformismo/anticomunismo) e, perdendo muita da influência que exercia ao nível do aparelho sindical e dos militares, tentando salvar os postos que ocupa no aparelho de Estado, encontra-se numa situação em que a uma certa desagregação organizativa se junta a incapacidade de dirigir globalmente a luta de massas, bem expressas nos silêncios, nas ausências e na muito menor capacidade de mobilização que vem dando provas. A crise do PCP é antes de tudo expressão da falência do projecto político reformista incapaz de responder à ofensiva da direita, de responder aos anseios da classe operária e de unir à sua volta as classes e camadas suas aliadas, incapaz em suma de levar os trabalhadores ao poder.

Concretizando uma política de direita social-democrata, o P. S. levado pelo próprio desenvolvimento do processo a uma ponte crescente com as forças

fascizantes (P. P. D.) e mesmo fascistas (ao nível militar) e a uma crescente submissão dócil às ordens do imperialismo, e da sua central alemã cuja importância não deve ser menosprezada, conseguindo alguns êxitos do ponto de vista político-militar, que servem fundamentalmente o fascismo e não a social-democracia, apoiando-se complementarmente no eleitoralismo mais descarado, não só não conseguiu avançar significativamente ao nível do enquadramento organizativo da classe operária, como perdeu muita da influência ideológica que sobre ela exercia. O P. S. influenciando ideologicamente, é certo, sectores importantes do proletariado, acabou por se consolidar à custa de bases que têm que ver fundamentalmente com alguns sectores da aristocracia operária, a pequena burguesia assalariada e largos sectores da pequena e média burguesia possuidora, isto é, ao nível da classe operária, enquadrando fundamentalmente elementos caracterizados pela passividade e incapacidade de direcção da luta fabril. Esta situação organizativa que favorece a viragem ainda mais à direita das posições do P. S. tem criado e não deixará de continuar a criar dificuldades organizativas e contradições importantes neste partido burguês.

A **FUR**, nascida da Plataforma de 25 de Agosto, tem vindo a consolidar-se, quer pela precisão dos seus princípios orientadores, quer pela capacidade de resposta que tem mostrado face à evolução mais recente da situação política. Tendo capacidade para criar estruturas próprias, os comités de apoio à Frente, uma forma de enquadrar militantes sem filiação partidária, e sobretudo de criar uma dinâmica que supere o mero somatório das organizações políticas que integram a FUR; tendo capacidade para articular os secretariados provisórios nacional e regionais com estruturas intermédias nascidas dos comités de apoio à Frente; e sobretudo tendo capacidade para disputar ao reformismo a direcção da luta de massas, a FUR representará, como frente de massas, um instrumento importante ao serviço da luta pelo socialismo nesta fase do processo revolucionário, ao serviço da unidade dos revolucionários civis e militares. Desprezar a importância da «FUR» e dos «SUV» para a conquista duma direcção revolucionária para a luta de massas, ao nível civil e militar, seria nesta fase do processo um erro trágico seria menosprezar a capacidade crescente de organização e mobilização da esquerda revolucionária na disputa da direcção da luta de massas ao reformismo.

O ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Nesta fase do processo revolucionário há que dedicar particular importância ao enquadramento internacional em que nos movemos à tática e às contradições das forças imperialistas.

O apoio do imperialismo à social-democracia em Portugal é pelas proporções da luta emancipadora dos explorados e oprimidos no nosso país e pelo que o nosso processo revolucionário encerra de subversivo em relação aos regimes ocidentais bur-

gueses e de chama encorajadora em relação aos revolucionários e trabalhadores da Europa capitalista, é fundamentalmente determinado pela defesa da estabilidade política da Europa e particularmente da zona do mediterrâneo do que por um mero auxílio a parceiros políticos.

Neste quadro a tática militar do imperialismo para a Europa, que já admitiu a possibilidade da intervenção militar no nosso país e que se tem traduzido em alterações significativas da localização das Forças Armadas dos países do centro da Europa capitalista, nomeadamente da França deve merecer maior atenção do que o auxílio económico à social-democracia no Poder no nosso país. Com efeito esse auxílio económico nunca poderá sair do campo do planeamento da nossa economia e da remoção de dificuldades ao nível do escoamento da produção (encomendas, anulamento ou redução de taxas alfandegárias). Tendo em conta a crise económica que atinge os países imperialistas e a extensão e natureza da crise da economia capitalista portuguesa esse auxílio será sempre insuficiente do ponto de vista quantitativo e incapaz de permitir que a burguesia responda à questão essencial que é a da extracção da mais-valia, da recomposição dos mecanismos da acumulação capitalista, que só pode ser resolvida com a repressão, com a liquidação das comissões de trabalhadores, com a contra-revolução.

Mais importante, do ponto de vista dos condicionais internos que cria, é a questão da independência de Angola e da fase em que se encontra a luta de libertação: marcada para 11 de Novembro a transmissão de poderes, com o M. P. L. A a desenvolver uma ofensiva militar que o confirma como vanguarda do povo angolano e coloca como única solução progressista, e que não abre portas ao neocapitalismo, a de aquela se fazer para este e como solução que serve os interesses do imperialismo e da internacionalização do conflito criando as condições para um novo Congo através do esmagamento pela força da luta do povo angolano dirigida pelo M. P. L. A. através de um intenso apoio político e militar aos fantoches do imperialismo F. N. L. A. e U. N. I. T. A.

Uma data — 11 de Novembro —, uma situação concreta — o processo de descolonização em Angola — e uma opção precisa — independência ou neocolonialismo marcam mais um factor, e importante que pressiona e agudiza as contradições e opções que se debatem internamente no nosso país. Mais precisamente, as forças social-democratas e fascizantes necessitam na sua política de conluio com o imperialismo, de criar condições internas para a solução neocolonial isto é, acelerar a execução do plano de «ordem, disciplina e trabalho».

FORÇAS SOCIAIS SUFICIENTES PARA O AVANÇO IMEDIATO

A ofensiva social-democrata utilizou um argumento grosseiro que pelo punho dos oportunistas

pequeno-burgueses foi largamente publicitado: o da famosa insuficiência da base social de apoio para a revolução ou da «comuna de Lisboa».

Este argumento para além de confundir entre bloco revolucionário (o bloco constituído pelas classes e camadas sociais historicamente necessárias para levar a revolução socialista até às suas últimas consequências) e bloco social capaz de impulsionar para diante o processo revolucionário na sua fase actual, escamoteia a questão decisiva que é a da direcção política. A questão fundamental nesta fase da resolução é a da conquista duma direcção política revolucionária, é a de dar resposta à necessidade da criação da vanguarda de classe do proletariado, sem a qual não será possível alargar e fortalecer o bloco social de apoio a esta fase do processo no caminho da formação do bloco histórico revolucionário e da hegemonia da classe operária no seu seio.

A combatividade de largos sectores do proletariado que, assentando fundamentalmente na zona industrial de Lisboa e Setúbal e no Alentejo, estão longe de se restringir a estas zonas; o enquadramento de sectores assalariados dos serviços e da pequena burguesia no processo revolucionário pelo avanço da organização popular nos locais de habitação; o peso débil a não homogeneidade e a não independência política (expressa na inexistência de uma movimentação autónoma) do campesinato pobre subalternizando a importância da aliança operário-camponesa no quadro das alianças necessárias ao proletariado para o desenvolvimento vitorioso da sua luta; a crescente participação dos soldados e marinheiros no desenvolvimento da mobilização popular — são factores que permitem afirmar existirem em Portugal forças sociais com peso e capacidade suficientes para o avanço do processo revolucionário.

CONDIÇÕES PARA A VITÓRIA DA OFENSIVA POPULAR

A nova fase em que entrou o processo revolucionário, precipitando as contradições fundamentais e agudizando a confrontação de classes, veio colocar a opção decisiva não ao nível do caminho a percorrer, mas ao nível da questão do poder de Estado. Opção decisiva que agora se coloca às massas populares e aos revolucionários, é a opção entre o golpe fascista, mais ou menos violento, mais ou menos abrupto, e a ofensiva popular vitoriosa.

Estamos numa fase em que o alinhamento de classes para um confronto decisivo se está a fazer, em que se sucedem ofensivas e contra-ofensivas da burguesia e das massas populares, das forças de direita e das forças de esquerda. A queda de um governo de conciliação de classes sucede-se um governo com um selo de classe bem vincado, um governo da burguesia. A quase total diluição do M. F. A. nas estruturas burguesas das FFAA e o seu consequente desaparecimento como força progressista sucede-se o desenvolvimento de um movi-

mento que aponta para a organização autónoma dos soldados; para a superação da direcção pequeno-burguesa da componente-militar.

Nesta nova fase do processo revolucionário qualquer resposta às tentativas de consolidação do poder político-militar direitista, por parte das massas populares e dos revolucionários, que não seja norteada pela conquista das condições que possibilitam a vitória da ofensiva popular estará votada ao fracasso e será incapaz de responder ao golpe fascista em marcha.

A vitória da ofensiva popular, que não se concretiza com qualquer golpe de Estado militar de esquerda, porque assenta na acção das massas populares, nos seus órgãos de poder popular e não no voluntarismo de qualquer grupo de militares, porque é inseparável da criação de um novo poder e incompatível com a perspectiva golpista da ocupação da cúpula do aparelho político-militar existente, será tornada possível pela resposta vitoriosa à ofensiva da direita no poder.

Esta nova fase do processo revolucionário apresenta um conjunto de condições necessárias ao desenvolvimento vitorioso e não aventureiro da ofensiva popular já preenchidas ou em vias de preenchimento.

Ao nível económico, o desenvolvimento da crise económica, aprofundando a um nível extremo a aniquilação da produção capitalista e a necessidade da burguesia no poder de lançar as bases duma reconversão capitalista à custa dos trabalhadores, gera uma situação em que os problemas mais imediatos e concretos são já ligados ao nível de massa, com a questão do poder, situação que a curto prazo se irá aprofundar e generalizar.

Ao nível político, o desenvolvimento da ofensiva social-democrata e a resposta popular produziu uma importante clarificação tornando evidente para sectores importantes da classe operária a verdadeira natureza do P.S. como partido buguês, favorecendo o avanço do fascismo e do P. C. P. como partido reformista incapaz de trilhar uma via revolucionária e permitindo a ultrapassagem das ilusões do eleitoralismo democrato-burguês, da transição pacífica para o socialismo e do seguidismo em relação aos oficiais progressistas do M.F.A. Ao nível militar, o desenvolvimento ainda embrionário da organização autónoma dos soldados e da organização dos oficiais progressistas e revolucionários tem todas as condições para se processar de uma forma rápida e segura pela resposta ao prosseguimento da única via que resta à burguesia, a da profissionalização das Forças Armadas, preparada pelos saneamentos, pela dissolução de unidades de esquerda. Se sem o desenvolvimento das comissões de soldados e sem uma direcção política ao nível da componente militar consequentemente revolucionária não haverá capacidade de resposta, o que é facto é que a resposta às primeiras tentativas de saneamento e de dissolução de unidades de esquerda tem sido e tem criado a capacidade para responder a novos golpes.



As duas questões fundamentais que o desenvolvimento vitorioso da ofensiva popular coloca e que têm de ser encaradas frontalmente são os do fortalecimento e adequação do poder popular a essa ofensiva, pelo aprofundamento da situação de dualidade de poderes, e o da direcção política do processo, o da criação da vanguarda de classe. Sem passos seguros no sentido da sua resolução, a ofensiva popular não será vitoriosa. Afirmar esta necessidade implica combater, simultaneamente, as posições golpistas que a situação de guerra de classes aberta possibilita e as posições defensivas trotskistas para as quais só quando o poder popular estiver

acabado as classes trabalhadores se podem lançar ao assalto do poder.

O prosseguimento vitorioso da ofensiva popular exige um projecto de poder que articule a repressão sobre a direita e as forças fascistas com o lançamento das bases de um novo poder de Estado, dum exército popular e de uma economia socialista planificada no desenvolvimento do caminho do poder popular e da Independência nacional, projecto que não pode ser desligado da resolução das duas questões anteriores.

O desenvolvimento do poder popular exige quer no aspecto da sua estruturação nacional, quer

no que diz respeito às tarefas que lhe dão vida como o controle operário, uma articulação forte com o poder de Estado e exige a transformação revolucionária deste. É por isso que as concepções que propagandei a possibilidade e necessidade do desenvolvimento do poder popular exclusivamente pela base até à construção de um edifício global são concepções defensivas, derrotistas e anarquistas.

Nesta fase decisiva do processo revolucionário, o defensismo tem de ser implacavelmente combatido, porque representa uma traição aos interesses históricos do proletariado e à revolução socialista.

as tarefas da classe operária e dos seus aliados

SUBORDINAR A LUTA ECONÓMICA À LUTA POLÍTICA

Nesta fase decisiva do processo revolucionário a exigência da utilização dos instrumentos de luta mais adequados por parte dos trabalhadores é uma exigência fundamental.

Combatendo o desprezo por formas mais atrasadas da organização das massas é necessário privilegiar os órgãos que apontam para a tomada e exercício do poder pelos trabalhadores, os órgãos de poder popular que os organizam, fundamentalmente enquanto produtores, em relação aos órgãos que organizam fundamentalmente os trabalhadores como assalariados ao serviço do capital, nos sindicatos, que numa fase revolucionária como esta de maneira nenhuma podem superar as limitações que lhe são inerentes e que atribuem características predominantemente reivindicativas.

Dirigir o esforço principal para o fortalecimento dos órgãos de poder popular, empenhando esforços na luta sindical numa perspectiva da subordinação da luta económica à luta política e do enquadramento no processo revolucionário de sectores de consciência de classe mais atrasada, é o caminho a seguir.

OBJECTIVOS IMEDIATOS DO MOVIMENTO OPERÁRIO

Numa fase revolucionária como esta, dois objectivos centrais, que se completam dialécticamente, têm de ser prosseguidos: o fortalecimento da unidade da classe operária, do proletariado e dos aliados já conquistados, e o fortalecimento da unidade dos revolucionários no caminho da criação da vanguarda de classe no seio das massas.

Estes objectivos centrais não podem ser desligados do conjunto de objectivos táticos decisivos para o avanço do processo revolucionário.

1.º **O fortalecimento do poder popular**, caminhando para verdadeiros órgãos de poder dos trabalhadores ao nível regional, na luta das assembleias populares ou da articulação de intercomissões de trabalhadores e de moradores e da crescente ligação com os soldados e marinheiros organizados. Mais do que formar novos órgãos de base, o que está em causa é a necessidade de criar uma verda-

deira dimensão política dos órgãos de poder popular numa base regional.

O que está em causa é a necessidade de dotar o poder operário e popular da força militar para poder vencer. A questão do armamento dos órgãos de poder popular, para além do reforço da ligação entre trabalhadores fardados e não fardados, repudiando a criação de todos e quaisquer órgãos para-militares paralelos, é a questão decisiva. Se a força das armas, tem de estar ao lado do povo trabalhador, o aspecto militar tem de estar sempre subordinado aos objectivos políticos.

O que está em causa é assentar a articulação das comissões de trabalhadores e de moradores em intercomissões e assembleias populares em bases sólidas, com verdadeiros executivos ou secretariados.

O que está em causa é o aprofundamento da dualidade de poderes.

Neste sentido o «Documento guia da aliança Povo-M. F. A.» continuando a ser um ponto de referência extremamente importante e a conter aspectos



que se mantêm perfeitamente actualizados tem de ser adaptado à actual fase do processo quer encarando a necessidade de privilegiar e incentivar a participação das comissões de soldados nas assembleias populares locais quer ultrapassando as dificuldades levantadas em muitas zonas pelas características das unidades militares, reforçando o papel de vanguarda que cabe às comissões de trabalhadores.

2.º **O fortalecimento da luta reivindicativa** numa base de estrita ligação à questão da tomada do

poder, portanto numa base não economicista, mas que torne possível a compreensão pelas largas massas que os seus problemas concretos e imediatos só podem ser resolvidos com uma alteração radical das relações sociais vigentes, consequentemente com o desenvolvimento da revolução, e crie a amplitude do movimento de massas que preparará a vitória da ofensiva popular.

3.º **A oposição frontal ao VI Governo** como Governo de submissão ao imperialismo e de salvação do capitalismo, como Governo que apenas tem para dar aos trabalhadores a repressão, o manietamento das suas lutas e o ataque às conquistas já alcançadas. A oposição ao VI Governo não poderá ser levada a cabo numa perspectiva da simples defesa das nacionalizações e da reforma agrária, mas sim numa base ofensiva que em cada momento coloque a necessidade do seu derrube e a necessidade de um Governo de unidade revolucionária.

4.º **A oposição frontal à profissionalização das Forças Armadas e a todas as manobras de direita no seu seio**, combatendo frontalmente todas as manobras que preparam o golpe fascista, que visam a liquidação das ADU'S representativas, da organização autónoma de soldados nascentes, o afastamento de militares revolucionários, a desactivação das unidades de esquerda e a criação de corpos especiais de repressão como o AMI, é tarefa fundamental, mas o combate a dar à perspectiva reformista de reconstrução de M. F. A. não deve ser desprezado. Conquistar uma direcção política revolucionária para a componente militar, progressivamente articulada e ligada com a organização autónoma dos soldados, é o objectivo que deve nortear a resposta à direita militar. Neste sentido as ADU'S devem ser entendidas como instrumentos que devem ser defendidos numa base de avanço, como instrumentos que devem ser utilizados para desenvolver as comissões de soldados (a sua representação na ADU'S), mas que a evolução da situação política necessariamente sacrificará seja qual for a opção a triunfar. A adaptação da componente militar à fase revolucionária que atravessamos exige um novo papel dos oficiais progressistas e revolucionários, que é o de se colocarem ao serviço do desenvolvimento da organização autónoma dos soldados e se enquadrarem numa nova direcção da componente militar, que necessariamente tem de ultrapassar as limitações pequeno-burguesas e que necessariamente terá o seu eixo fundamental nos «SUV».

Aprovado na reunião do Conselho Político do MES em 5 de Outubro de 1975

CONSELHO POLÍTICO NACIONAL DO MES

Reuniu nos dias 4 e 5 de Outubro, em Lisboa, o Conselho Político Nacional do Movimento de Esquerda Socialista com a representação de todas as direcções, nacional e regionais, do Movimento.

Foi analisado circunstanciadamente a situação político-militar em todo o País assim como a política burguesa do VI Governo Provisório e do Conselho da Revolução.

Foi caracterizada a nova fase do processo revolucionário e definidas as tarefas do Movimento e dos revolucionários para lhe fazer face

Foi acentuada a importância do desenvolvimento e reforço da política de unidade revolucionária, consubstanciada na Frente de Unidade Revolucionária — FUR, para preparar a resposta revolucionária à ofensiva da contra-revolução.

Apesar das dificuldades em que se encontra

o processo revolucionário e depois de analisar a situação em todos os seus aspectos essenciais, chegou-se à conclusão que existem boas condições para o triunfo da revolução socialista.

Para tal acentuou-se a necessidade de reforçar cada vez mais a coesão interna do Movimento levando até ao fim a política de retificação já em marcha, reforçando ainda mais a base proletária e a disciplina revolucionária no seio do Movimento

Ficou estabelecido um plano de actividades internas do Movimento, o qual culminará no II Congresso Nacional Ordinário a realizar até ao fim do ano em data a anunciar oportunamente.

Por fim foi discutido e aprovado o Relatório da Comissão Política Nacional agora divulgado.

No decorrer desta reunião foi aprovada uma moção de solidariedade aos militantes, aderentes

e simpatizantes do Movimento que no Arquipélago dos Açores foram sujeitos a forte repressão e perseguição tendo alguns deles sido expulsos dos Açores, respondendo com coragem e forte espírito revolucionário às forças reaccionárias e em especial à FLA — Frente de Libertação dos Açores.

O Conselho Político saúda o povo trabalhador da freguesia de S. Mateus, Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, Açores pela combatividade e ardor revolucionário com que tem lutado contra o imperialismo e a FLA, defendendo a nossa organização, militantes, aderentes e simpatizantes.

Lisboa, 6 de Outubro de 1975

Secretariado da Comissão Política Nacional do Movimento de Esquerda Socialista

bases teóricas
para uma discussão sobre:

A FRENTE CULTURAL

O PAPEL DO COMBATE CULTURAL

O combate na frente cultural deve apresentar um carácter dominante na actuação dos militantes revolucionários. Com efeito, enquanto as organizações reformistas e obreiristas com fraseologia de esquerda incidem o trabalho de militância em reivindicações puramente economicistas, a nossa alternativa revolucionária impõe-nos um trabalho qualitativamente diferente. O combate pelas reivindicações materiais deve ligar-se estreitamente à transformação do modo de vida e da concepção do mundo. Não haverá transformação revolucionária nas condições de vida dos trabalhadores se as novas condições de vida não forem assentes em perspectivas revolucionárias.

O papel do combate cultural é de revolucionar o modo de vida dos trabalhadores. É evidente que esse combate cultural não pode afastar-se da luta pela conquista de melhores condições materiais. A luta cultural não é um combate abstracto, meramente ideológico. Trata-se portanto de politizar constantemente as lutas quantitativas para impor um modo de vida qualitativamente diferente do modo de vida burguês. Isso equivale a abrir novas relações sociais no trabalho e ao nível do convívio. Isto impõe a criação de um modo de vida socialista.



D a velha sociedade capitalista em decomposição, é preciso fazer nascer os embriões desse novo modo de vida socialista.

Esta luta é extraordinariamente complexa e difícil. A luta pela criação de um novo modo de vida socialista implica uma rutura com as velhas concepções que se mantêm com uma intensidade e tenacidade incríveis mesmo depois de destruídas

as bases materiais do capitalismo. Com efeito, a ideologia burguesa impregnou toda a sociedade em que vivemos.

A burguesia ao dominar economicamente a sociedade capitalista impõe ao nível da superestrutura os mecanismos reprodutores da sua dominação. E com o instrumental ideológico que controla instaura o reino da dominação ao nível de toda a sociedade, em nome da moral e do Direito. Por isso o combate da libertação dos trabalhadores é um duplo combate que terá de se fazer simultaneamente. É preciso destruir a dominação económica exercida pelo capitalismo e também dinamitar o conteúdo, e até os mecanismos, que a burguesia criou para exercer a tutela ideológica sobre as massas.

UMA RUPTURA COM O REVISIONISMO

É qui que o MES apresenta uma rutura essencial com o revisionismo. A sociedade socialista não é apenas uma sociedade de maior igualitarismo na distribuição dos bens materiais. A sociedade socialista não é apenas uma sociedade que varia quantitativamente da sociedade capitalista. A simples racionalização da gestão económica substituindo a burguesia num aparelho de Estado não basta, mesmo que o Estado intervenha na eliminação da propriedade privada dos meios de produção. É necessário que

elas a gerirem colectivamente o seu destino e a viverem um novo modo de vida em que se eliminem todas as opressões.

A libertação é assim uma libertação à dominação económica mas também a todas as formas de dominação ideológica.

A luta contra essas formas de dominação ideológica leva à destruição da moral e do direito da burguesia; dessa luta surgirá a edificação progressiva dos novos valores da sociedade socialista. Esses novos valores da sociedade socialista nascerão da crítica colectiva pelas massas trabalhadoras através da revolução cultural. A revolução cultural é a luta pela eliminação da contradição entre especialistas da produção cultural e consumidores passivos da cultura.

E a contradição insere-se nas contradições mais gerais que terão de desaparecer também: a divisão técnica e social entre o trabalho manual e trabalho intelectual e a contradição entre cidade e campo.

Por outro lado a revolução cultural ao destruir os valores da moral burguesa irá permitir a emancipação das mulheres. A emancipação das mulheres resultará da luta comum de todos os trabalhadores pela criação dos meios materiais que possibilitem a integração política da mulher na edificação da sociedade socialista. Por outro lado, o combate sexual dos jovens contra a moral repressiva da burguesia criará novas condições pelo aparecimento de formas não repressivas nas relações entre homem e mulher.

Esta revolução cultural é uma revolução profunda. Ela terá que ser levada a cabo com energia e tenacidade; mas ela terá também que ter em conta a consciência possível das massas e por isso ela deve desenvolver-se simultaneamente a criação de novas condições objectivas que acelerem a formação desse novo modo de vida socialista

MEIOS PRÁTICOS

Algumas sugestões (não limitativas) poderão ser aqui avançadas como possíveis actuações dos revolucionários na luta da frente cultural.

1. Apoio à luta urbana pela reivindicação de melhores condições.
2. Criação de uma rede de cooperativas e armazéns populares em que, através de uma gestão colectiva dos moradores, se possam eliminar os intermediários parasitas obtendo preços módicos no consumo.
3. Criação de cooperativas de produção e de serviços empregando trabalhadores desempregados em actividades de interesse comum (carpintarias, vestuário,...).
4. Criação de centros culturais, clubes operários onde funcionassem cursos de formação, actividades artísticas, cineclube, biblioteca...
5. Realização de comunas infantis com ateliés criativos que permitissem o desenvolvimento e a socialização das crianças efectuando-se para isso uma participação dos adultos de pessoas da 3.ª idade na gestão da animação do seu funcionamento.
6. Realização de equipamentos de saúde que permitissem apoio sanitário (terapêutica, e profilaxia) e o desenvolvimento da informação sobre anti-concepcionais, aborto livre...
7. Criação de equipamentos colectivos, — lavanderia, cantina... — que permitam o aceleramento da emancipação da mulher etc...

NA PRIMEIRA LINHA DO COMBATE INTERNACIONAL

em memória de GUEVARA

«Quando pensamos no «CHE», não pensamos fundamentalmente nas suas virtudes militares. NÃO! A Guerra é um meio e não um fim. A Guerra é um instrumento dos revolucionários. O que é importante é a revolução, a causa revolucionária, as ideias revolucionárias, os objectivos revolucionários, os sentimentos revolucionários, as virtudes revolucionárias» (FIDEL DE CASTRO).

Guevara morreu na Bolívia a 8 de Outubro de 1967 às mãos do imperialismo Yanki e seu agentes nacionais bolivianos (general Barrientos e C.), quando procurava cumprir uma tarefa política precisa tal como ele a compreendia, trocando o seu posto ministerial cubano pela guerrilha boliviana — romper o isolamento da Revolução cubana e abrir uma segunda frente anti-imperialista («Criar dois, três, muitos Vietnams!»).

Na altura em que passa mais um aniversário sobre esta data, é nosso dever recordar esse grande exemplo de fervor revolucionário que foi Guevara, ao contribuir não só para interpretar mas também para transformar o mundo, e como ele gritar: «VITÓRIA OU MORTE — VENCEREMOS!»



ORGANIZAÇÃO REGIONAL DO PORTO

a revolução cultural é uma condição essencial para uma verdadeira revolução do proletariado, para se instaurar uma verdadeira sociedade socialista que terá de se exprimir ao nível da distribuição e produção dos bens materiais mas também ao nível das relações sociais

METALÚRGICOS NA RUA



Dezenas de milhares de metalúrgicos paralizaram o trabalho e desceram à rua em Lisboa, concentrando-se no Terreiro do Paço e seguindo em manifestação compacta e combativa até ao Ministério do Trabalho. Entretanto o movimento era acompanhado em todo o País com concentrações junto às delegações distritais do Ministério do Trabalho, como forma de luta pela aplicação duma Portaria que o patronato se recusa a aceitar e que o Governo não decide impor com firmeza.

O avanço da escalada reaccionária ao nível dos órgãos do poder político e militar e a tentativa de controle dos órgãos de informação surge como resultado da ofensiva reaccionária da social-democracia, da crise económica e da política reformista de conciliação com as forças burguesas e de puro seguimento dos objectivos da luta dos trabalhadores, a conquista de posições no M. F. A. e no Governo.

Hoje com um Governo claramente reaccionário que ameaça as mais elementares conquistas dos trabalhadores, com um M. F. A. controlado pela direita e cada vez mais confundido com a hierarquia reaccionária do exército burguês, a luta da classe operária por melhores condições de vida liga-se à luta pelo derube do poder burguês; a

luta pela democratização e melhores condições de vida dos soldados e marinheiros liga-se directamente à luta contra a colocação do poder militar ao serviço da burguesia (saneamentos à esquerda, dissolução de Unidades progressistas, AMI, etc.). E isto porque atravessamos um período decisivo da luta de classes em que para a burguesia o funcionamento das cadeias da hierarquia militar e a asfixia do poder popular são condições necessárias para inverter o processo a seu favor.

As aspirações revolucionárias demonstradas nos últimos tempos pela classe operária, as vitórias conseguidas pela organização dos soldados contra as medidas reaccionárias do poder militar, a fusão crescente entre as massas populares e os soldados, mostram claramente que os trabalhadores sentem que social-democracia e exploração se confundem no preciso momento em que a social-democracia se encontra no poder. E isto quer dizer que a classe operária em bloco já desconfia de uma política de conciliação com a social-democracia, ou seja, que na actual conjuntura existe a possibilidade do movimento de massas vir a ultrapassar a direcção reformista.

Neste contexto, a luta dos metalúrgicos, a luta dos operários alentejanos

por máquinas e alfaias para as cooperativas, a luta dos trabalhadores nas fábricas de material de guerra não são puras lutas reivindicativas. São lutas em que a questão do poder político está presente, porque a classe operária vê bem que enquanto o poder estiver nas mãos da burguesia não verá resolvidas as suas questões essenciais.

É por isso que neste momento é fundamental ultrapassar as posições conciliadoras. É fundamental ultrapassar os que em vez de lutar por um Governo revolucionário pretendem apenas colocar o PPD fora do Governo. É fundamental contrariar os que em vez de trabalharem para criar um Exército Popular dirigido pelos soldados e marinheiros e ligado às Comissões de Trabalhadores e Moradores, apenas querem que a luta dos soldados sirva para reforçar as posições dos oficiais progressistas num Conselho da Revolução que mantenha toda a estrutura do Exército Burguês. É preciso que os trabalhadores saibam distinguir entre os que querem fazer a Revolução e os que se servem deles para ganhar força para novos compromissos com a social-democracia.

Neste último sentido vão as tomadas de posição públicas das Direcções Sindicais dos metalúrgicos de Lisboa e Setúbal. Quando,

por exemplo, na moção assinada pelo Gabinete de Imprensa e Informação do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal e pela Direcção do Sindicato Operário dos Metalúrgicos do Distrito de Setúbal, se evita propositadamente qualquer ataque ao P. S., se propõe reestruturação do Concelho da Revolução com oficiais progressistas, quando em vez de se propor a luta por um Governo Revolucionário, se aponta antes para as instituições do V Governo Provisório, são as conquistas e os avanços do movimento de massas que se estão a trair, é o subordinar das lutas da classe operária e dos soldados e marinheiros à conquista de novas posições de cúpula dentro do Governo e do Exército Burguês.

Em vez disto o que se torna urgente é conquistar uma direcção revolucionária para lutas avançadas como estas. Aos metalúrgicos, aos trabalhadores alentejanos compete saber construir um projecto revolucionário que una as forças que nos últimos tempos nas fábricas, nas ruas e nos quartéis têm demonstrado a vontade de avançar decisivamente, sem qualquer compromisso com a social-democracia e sem se porem a reboque dos «progressistas dentro do MFA».

a luta na automática eléctrica

Vamos no segundo Conselho de Trabalhadores. É necessário tirarmos conclusões sobre o trabalho destes grupos.

O QUE TÊM FEITO?
SERÁ QUE NOTAMOS DIFERENÇA ENTRE O PRIMEIRO E O SEGUNDO?
SERÁ QUE TÊM CONTRIBUÍDO PARA A NOSSA UNIDADE CONTRA O CAPITALISMO?

Já no nosso comunicado de 23.3.75 se afirmava que era necessário definir critérios para a escolha dos camaradas nos representantes no C.T., e baseávamo-nos em dois pontos fundamentais:

1.º — Maioria operária;
 2.º — Camaradas conscientes que já tivessem demonstrado a sua capacidade de luta e defesa da classe (excluindo os chefes, os bem falantes e os oportunistas).

Estas duas condições permitem lançar as bases para enfrentar os capitalistas, opressores das nossas lutas, da nossa emancipação. O que é certo é que não conseguimos ultrapassar esta barreira. Continuamos com o Conselho de Trabalhadores inoperante, com muitos grupos de apoio técnico, que não têm funcionado ou se têm, nós trabalhadores não o temos sentido.

— Não nos basta ter um C. T., com muitos grupos

de apoio técnico, sem que a classe esteja mobilizada para a luta contra os nossos problemas, principalmente os despedimentos de que somos vítimas;

— Não nos basta ter um C. T. se ele não assumir um papel de vanguarda apontando os problemas concretos que sentimos e ao mesmo tempo exigindo a nossa participação para a discussão dos mesmos.

Até agora, camaradas NÃO HÁ: PROGRAMA DE LUTA DEFINIDO
 CONTROLO OPERÁRIO
 SANEAMENTO
 PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES DA P. A.
 E. P. NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR
 PARTICIPAÇÃO COM OUTROS CAMARADAS NA LUTA CONTRA O CAPITALISMO NACIONAL E INTERNACIONAL

Por isso, Camaradas, estamos próximo da nossa terceira Assembleia Geral de Trabalhadores (... são poucas, não são, camaradas?!...). Que nesta assembleia saibamos conscientemente definir um programa de luta:

QUÉ SEJA UMA ARMA DE ATAQUE CONTRA TODOS AQUELES QUE NOS EXPLORAM E OPRIMEM

Célula do M. E. S. da Automática Eléctrica Portuguesa

CAMPANHA DE APOIO

O MES tem-se empenhado quotidianamente na construção dum amplo movimento de massas de combate em todas as frentes à social-democracia e ao fascismo, pela construção do Poder Popular e pela unidade revolucionária. Dai que o nosso movimento seja encarado, pelas forças capitalistas (desde o PS, ao CDS e ao ELP) como «um inimigo a abater».

Assim o MES, a par com outras organizações progressistas foi um dos principais alvos do terrorismo fascista que conduzido pela social-democracia, se materializou quer em destruição das sedes quer em ataques pessoais a militantes progressistas e revolucionários.

A lista de acções, abaixo descrita, levadas a cabo contra o nosso movimento é elucidativa.

Como organização revolucionária, o nosso trabalho nunca parou nesses locais; pelo contrário, em muitos deles reforçou-se (ainda que em novas condições de luta) e muitas das sedes destruídas já foram reabertas.

No entanto, todo este trabalho, não se faz sem um mínimo de condições materiais.

O MES lança assim um apelo a todos os simpatizantes e todas as organizações nacionais e internacionais, para promoverem uma **CAMPANHA DE APOIO AO MES**.

APOIAR O MES É APOIAR A REVOLUÇÃO PORTUGUESA

É LUTAR PARA QUE PORTUGAL NÃO SEJA O CHILE DA EUROPA!



AVEIRO

Assaltada a sede de Esterreja c/destruição de todo o recheio.
 Assaltada a sede de Oliveira de Azeméis c/destruição de todo o recheio.
 Assaltada a sede de S. J. da Madeira c/destruição de todo o recheio.
 Tentativa de assalto à sede de Aveiro.

BRAGA

Perseguição a militantes em Braga aquando de manifestação religiosa.
 Tentativa de assalto à sede de Barcelos.
 Ameaças físicas a militantes em Fafe.

BRAGANÇA

Perseguição pelas forças políticas reaccionárias contra 2 militantes em Bragança e consequente expulsão da cidade com perda de empregos.

LEIRIA

Incendiada a sede de Leiria e todos os seus haveres.
 Incendiada a sede de Bombarral e todos os seus haveres.

PORTO

Tentativa de assalto à sede de Vila Nova de Gaia.

VIANA DO CASTELO

Incendiada a sede de Ponte de Lima e todos os seus haveres.

VILA REAL

Tentativa de assalto à sede de Chaves.
 Perseguição a militantes em Vila Real.

VISEU

Ocupação da sede de Lamego.
 Incendiada a sede de Viseu e todos os seus haveres.

ARQUIPELAGO DOS AÇORES

ILHA DE ST. MARIA

Perseguição e expulsão da ilha de um militante por pressão das forças da F. L. A. org. reaccionária de extrema direita.

ILHA DE S. Miguel

Destruição da sede e haveres em Ponta Delgada.
 Expulsão da ilha de 10 militantes pelas autoridades militares de direita as quais foram obrigadas a vir viver para o continente, por pressão da F. L. A.

ILHA TERCEIRA

Destruição da sede e haveres em Angra do Heroísmo.
 Expulsão da ilha de 15 militantes pelas autoridades militares reaccionárias, os quais foram obrigados a vir viver para o Continente, por pressão da F. L. A.

MAPU - impulsionar a Resistência Activa

chileno

Prosseguimos neste número a publicação do documento que o **Movimento de Acção Popular Unitária (MAPU)** chileno, por intermédio da sua direcção exterior, enviou à direcção política do nosso Movimento.

Depois de fazer um balanço detalhado da situação política nos vários continentes, dos avanços ou recuos das lutas dos seus povos nacionais e das consequentes derrotas ou consolidação do imperialismo, que hoje vive um período de crise e refluxo das suas posições, o MAPU continua no seu texto

Amostras de tudo isso já as temos nas lutas políticas da Europa, no fortalecimento das posições anti-imperialistas dos países não-alinhados e nas ameaças de Schlesinger, secretário de Defesa yanqui, de utilizar o armamento nuclear para conflitos localizados.

Portanto, devemos esperar um endurecimento das posições do imperialismo, como condição para lograr uma nova estabilidade. Particularmente na América Latina, o imperialismo não pode tolerar o desenvolvimento de posições anti-imperialistas importantes, ou muito menos revolucionárias.

D qualquer modo, é um erro pensar que endurecimento e estabilidade são sinónimos apenas de ditadura ou de fascismo. O imperialismo jogará as suas alternativas democrático-burguesas, ou de outro tipo, segundo sejam mais convenientes para os seus interesses.

De facto no Chile, o imperialismo está hoje claramente disposto a conseguir ajustamentos parciais na ditadura fascista, ainda por cima depois da fracassada visita de Rogers ao Chile, e não vacilaria no futuro a impulsionar uma fórmula democrático-burguesa, se esta se demonstrar como a forma mais adequada para a defesa dos seus interesses. A vontade de nova mudança por parte do Departamento de Estado mostrou-se clara quando, poucos dias depois de Pinochet ter anunciado que haveriam no Chile pouco mais de 1000 presos políticos, C. Rogers, secretário para os assuntos latino-americanos, anunciou a existência de mais de 5000 presos políticos e que os Estados Unidos estavam dispostos a receber refugiados. O destino e a viabilidade de tal facto está em directa relação com a capacidade e rapidez de erguer uma alternativa proletária e revolucionária à ditadura.

Os partidos de esquerda conseguiram evitar as tentativas de aniquilamento da ditadura, mas são ainda incapazes de constituir uma alternativa global de esquerda contra a ditadura. No entanto, a acção do Partido e da Esquerda Cristã para construir a Frente Única Operária, as definições do P. S., a partir do seu Plano, que significaram um avanço para os seus sectores de esquerda, e o fracasso

do P. C. no seu intento de materializar uma aliança com o conjunto da Democracia Cristã (DC), permitem prever que se comecem a dar os primeiros passos para a constituição de uma alternativa global de esquerda.

Creemos que o processo de unidade e luta que isto abre é outro dos aspectos principais desta conjuntura.

O nosso partido colocou a necessidade de uma ampla frente para derrubar a Ditadura e do desenvolvimento da Frente Única Operária dentro dela como um passo prévio necessário.

Colocamos a tática do Governo popular e revolucionário como uma necessidade de desenhar um caminho claro para a classe operária, que pode sofrer modificações, e não só para nos movermos no plano das alternativas.

É possível que este ano haja uma mudança na Ditadura. Hoje, apesar das condições objectivas favoráveis ao fortalecimento da oposição burguesa, não se vê uma alternativa política por parte dela, uma composição orgânica do P.D.C. capaz de ser uma alternativa política.

E se é certo que a política da camarilha ditatorial é cada dia mais vacilante, cada vez mais impugna pela oposição burguesa nos seus periódicos, essa oposição burguesa permanece inorgânica. E por isso, o carácter que teria a modificação das caras da ditadura durante este ano é mais produto de uma divisão política interna do que produto da pressão política da oposição burguesa, com uma eventual aliança do P.C., ou independentemente.

IMPULSIONAR UMA AMPLA FRENTE

Os aspectos da nossa linha que são decisivos para impulsionar a Frente com outras forças populares são:

a) O carácter popular revolucionário e transitório que tem o Governo que sucederá à queda da ditadura. Quer dizer, um Governo que abre o caminho para a conquista do poder, num processo ininterrupto.

b) O carácter de massas da luta e a necessidade de lhe dar expressão orgânica a nível de base, através do

impulso dos **Comitês de Resistência, Comissões de Fábrica** e outras formas orgânicas unitárias, fruto da experiência da luta.

c) A combinação de diversas formas de luta, com o predomínio das formas armadas nos momentos decisivos do processo, quando alcança o seu mais alto nível.

d) Garantir ao mesmo tempo a hegemonia operária dentro da Frente mais ampla que se consiga construir, fruto do fortalecimento e desenvolvimento da alternativa popular e revolucionária e de uma correlação de forças mais favorável frente à Ditadura.

Consequente com a sua política o nosso partido assiste à reunião dos partidos que formaram a **Unidade Popular**, para manifestar as suas posições unitárias e combater ideologicamente as posições incorrectas.

Tal como o Partido decidiu no Chile, estaremos sempre dispostos a encontros e acordos com um ou mais partidos da resistência, sobre uma base prévia de um acordo sobre os elementos fundamentais da linha política.

Sendo para nós fundamentais os aspectos assinalados, o **ênfase principal** estará na **necessidade de acordar e impulsionar o reactivamento do movimento operário, condição indispensável para incorporar outros sectores e camadas à luta antiditatorial.** Antes de fazer acordos programáticos, o que nos interessa é alcançar o acordo para impulsionar a resistência activa, desenvolver desde logo uma profunda mobilização da classe operária contra a ditadura e avançando na construção e desenvolvimento dos órgãos clandestinos da resistência popular: os **Comitês de Resistência e as Comissões de Fábrica.** Mais do que elaborar programas interessa-nos o impulso da resistência popular e, sobre essa base e critério, construir uma Frente da esquerda. Esta Frente deve mudar de carácter em relação ao antigo conteúdo da **Unidade Popular**; isso em primeiro lugar porque deve abrir-se a todas as forças de esquerda, e em segundo lugar porque deve enfrentar novas condições de luta. Não se trata pois simplesmente de reproduzir a **Unidade Popular** e os seus vícios do passado, ainda que não façamos ques-

tão nos nomes mas sim no conteúdo da Frente. Trata-se precisamente de dar passos decisivos no seu desenvolvimento. Sublinhamos a necessidade de atingir a **Frente Única Operária** incorporando o **MIR** à aliança.

UMA JUSTA POLÍTICA DE ALIANÇAS

A nossa política de alianças cumpre hoje dois objectivos:

a) Acumular forças em torno de uma linha revolucionária com vista a avançar até à criação do Partido revolucionário de que a classe operária e o povo chileno necessitam.

b) Criar uma correlação de forças capaz de derrubar a Ditadura, garantindo que, atingido este objectivo, se continue avançando ininterruptamente até à destruição do Estado burguês e a construção de um novo Estado.

A nossa política de alianças deve contemplar simultaneamente ambos os objectivos, inseparáveis entre si. Não se pode avançar na construção do

aliança estratégica que garanta a unidade da classe operária, é uma **Frente Única Operária** dos partidos operários e de esquerda (FUO).

A **Frente Única Operária** é o eixo em torno do qual se deve construir a ampla aliança política que combaterá a ditadura. A FUO representa ao mesmo tempo a unidade dos destacamentos operários hoje dispersos. Destes surgirá o Partido proletário, pela dinâmica que as forças políticas criem com uma linha revolucionária.

A características da luta política na actual fase impõem alianças táticas que somem forças à aliança estratégica. Essas forças são as camadas médias em geral e sectores da pequena e média burguesia.

A condução política hegemónica dessas forças sociais na actual conjuntura, pertence à Democracia Cristã, e isso exige o desenvolvimento de uma política até ela.

Concentramos o nosso esforço principal em ganhar as massas populares que hoje ainda respondem à condução do reformis-

mo burguês. O nosso esforço, assim, será colocado no trabalho com as bases populares da DC nas diferentes frentes.

A nossa política para com a DC procura igualmente a aproximação e discussão com os sectores progressistas e democráticos, procurando atraí-los a uma aliança com o movimento popular. Também procuramos que o conjunto da DC rompa definitivamente com a ditadura. Não é possível pensar numa Frente Antifascista com a DC enquanto a esquerda não constitua a sua própria alternativa e enquanto as po-

sições freistas imponham à DC uma linha pró-imperialista e pró-monopolista. No entanto continuamos a chamar a DC para a Frente simultaneamente com um trabalho nas suas bases e nos seus sectores progressistas. Neste contexto, o nosso apelo público é para o conjunto da DC, insistindo em chamá-la a abandonar as posições colaboracionistas e reaccionárias que lhe impôs o freísmo, propondo o nosso programa revolucionário e denunciando as debilidades e vacilações da política antiditatorial da DC.

O M.A.P.U. pensa que uma aliança da DC com a esquerda passará muito provavelmente por uma decantação política da DC.

Alinda que o Partido dê ênfase ao trabalho na F.U.O. para cumprir os dois objectivos que procuramos nesta fase, é indispensável desenvolver uma política para cada um dos Partidos com vista a desenvolver as nossas forças no interior da F.U.O. e de gerar na esquerda uma correlação de forças distinta.

Neste quadro, é óbvio que, sem nunca procurar



Partido à margem, e muito menos contra, do processo de luta contra a ditadura assim como o avanço do trabalho para a construção do Partido revolucionário é condição necessária para garantir a vitória estratégica da classe operária e do Povo.

A aliança social estratégica que é o cimento para atingir ambos os objectivos, é a aliança da classe operária com os pobres da cidade e do campo e com a pequena burguesia avançada, sob a hegemonia proletária.

A expressão política, na actual conjuntura, de uma

mo burguês.

O nosso esforço, assim, será colocado no trabalho com as bases populares da DC nas diferentes frentes.

A nossa política para com a DC procura igualmente a aproximação e discussão com os sectores progressistas e democráticos, procurando atraí-los a uma aliança com o movimento popular. Também procuramos que o conjunto da DC rompa definitivamente com a ditadura. Não é possível pensar numa Frente Antifascista com a DC enquanto a esquerda não constitua a sua própria alternativa e enquanto as po-

um «alternativismo rupturista» na F.U.O., procuramos estreitar as nossas relações políticas e a acção conjunta com os partidos que mostram maiores semelhanças na linha estratégica e tática.

Na prática, a própria dinâmica da luta aproxima-nos inevitavelmente. Em função da nossa linha, avançamos, tudo o que é possível com cada aliado; mas mais ainda com os que estão dispostos a ir mais longe.

(CONCLUÍMOS NO PRÓXIMO NÚMERO)

EM TODOS OS QUARTEIS: COMISSÕES DE SOLDADOS!

Nós, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários mostramos que não nos deixamos amedrontar pelas manobras dos oficiais reaccionários que pretendem enganar-nos, levando-nos a aceitar uma disciplina cega, que mais não faz do que tentar impedir-nos de levar por diante a defesa dos interesses das classes trabalhadoras.

Ao vir para a rua, como fizemos no Porto e em Lisboa, provámos bem a nossa firme determinação de não servir a burguesia na sua política de repressão às classes trabalhadoras.

Na sua tentativa de recuperar o processo, a burguesia necessita desesperadamente de criar forças de repressão, **fazendo lembrar a odiada policia de choque**. Ao fazê-lo a burguesia pretende tirar o ímpeto revolucionário das classes trabalhadoras e ao mesmo tempo lançar-nos uns contra os outros, **os trabalhadores civis e os trabalhadores fardados**.

Por isso nós dizemos:

Camaradas: nós, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários, conscientes dos nossos interesses de classe que são opostos aos da burguesia e do capital, nunca serviremos de braço armado do capital, de cão de fila de repressão fascista.

Camaradas:

É a nossa vez de dizer bem alto que desobedeceremos a oficiais reaccionários, que lhe daremos luta sem tréguas até que estejam expulsos dos quartéis. Por isso é que uma das palavras de ordem que gritamos com mais prazer é: «reaccionários fora dos quartéis já».

Camaradas:

Dizem que estamos a fazer o jogo da contra-revolução.

Que fraco argumento este, camaradas!

Nós soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas revolucionários sabemos bem, estamos conscientes dos interesses da classe que defendemos — os interesses das classes trabalhadoras, opostos aos interesses do capital e da burguesia.

Nós perguntamos camaradas: quem faz o jogo da contra-revolução? Quem se opõe aos saneamentos à esquerda, às ADUs fantoches, aos comandantes reaccionários, quem defende as organizações populares, ou quem cria o AMI que mais não pretende ser do que uma nova policia de choque, quem manda assaltar a 5.ª Divisão, e o CICA do Porto, quem proíbe os soldados progressistas de falar nas ADUs, quem não reconhece a existência do Poder Popular?



Mas temos também consciência que a cada golpe de direita, nós, trabalhadores fardados, responderemos com a violência revolucionária à repressão reaccionária.

Por isso camaradas temos que nos organizar.

Para isso temos que lançar a palavra de ordem de **comissões de soldados**, que também os nossos camaradas dos SUV defendem no seu manifesto, em todas as unidades em todos os locais onde os oficiais reaccionários a coberto de uma revolução que nós sabemos que ainda não se fez, mas que eles dizem defender, pretendem criar as condições necessárias ao aparecimento de um Pinochet qualquer.

CAMARADAS

Acusam-nos de não sermos disciplinados de não respeitarmos o RDM.

Nós perguntamos. Que RDM é este que permite todo o tipo de arbitrariedades desde que perpetradas pelos reaccionários? Que RDM é este que pune com meses de prisão um camarada nosso que chegue atrasado à unidade mesmo se tiver motivos válidos para isso e que permite ao mesmo tempo que os comandantes da maioria das unidades da RM Norte declarem não obedecer ao brigadeiro Corvacho porque este é progressista?

Camaradas:

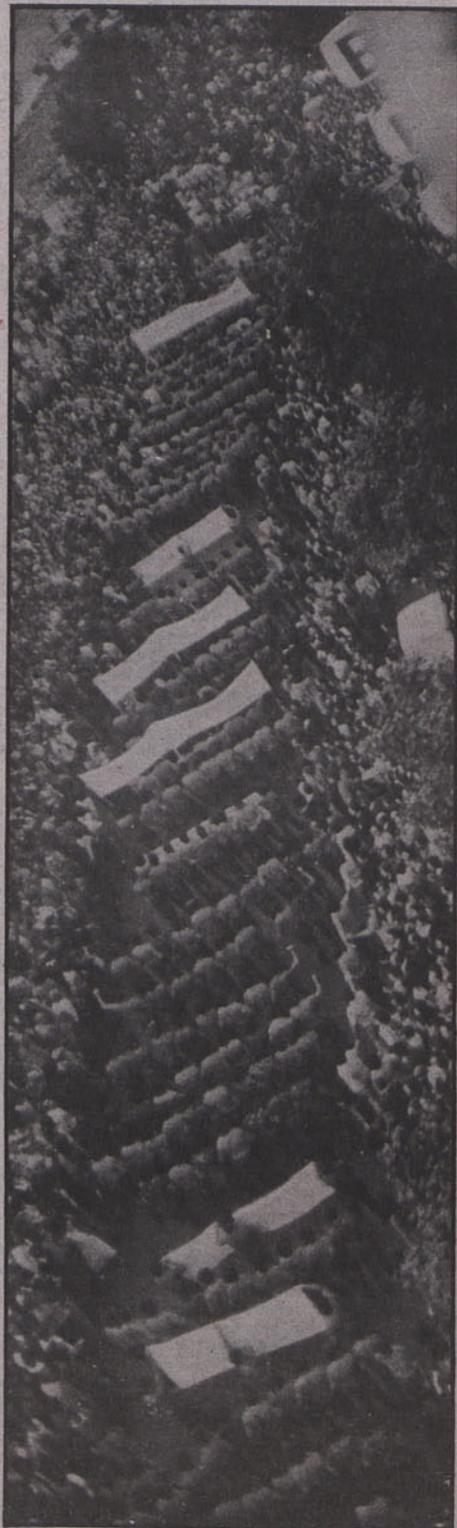
Face à nítida ofensiva reaccionária que se desenrola no País, há que lutar, respondendo taca a taca numa perspectiva ofensiva que permita consolidar as conquistas e avançar na construção do Poder Popular, via para a construção do socialismo em Portugal.

Face ao silenciamento da Rádio Renascença, face ao assalto ao CICAP, face à violenta repressão fascista que se abateu sobre quem pretendeu defender a existência de um quartel reconhecido como progressista, face à violência reaccionária, **há que acelerar a nossa organização.**

Organizados prontos na defesa dos nossos interesses saberemos dar a resposta que merecem os reaccionários que, hoje, de uma maneira ou de outra, pretendem enganar-nos para mais facilmente levarem avante o seu projecto de regresso ao fascismo.

Desde já sabemos que do Norte ao Sul do País todos os soldados reconhecem e reconhecerão cada vez mais os SUV como a sua resposta face ofensiva reaccionária.

De Norte a Sul do País, debaixo da sigla de **Soldados Unidos Vencerão** cada dia mais os trabalhadores fardados ajudam os seus camaradas civis na criação de condições que possibilitem o esmagamento da reacção e o triunfo da Revolução Socialista.



a manifestação dos SUV no Porto